

**AO(À) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT**

**Pregão Eletrônico nº 019/2026**

**JL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.139.770/0001-06, por meio de seu representante legal que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026, com base nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

Aduz a Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos, em seu art. 164, que, *“Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.”*

Considerando ter sido definida para realização do certame a data de 26/03/2026, tem-se como prazo final para impugnação do edital a data de 23/03/2026, pois, como expresso em seu art. 183, *caput*, para contagem de prazos, exclui-se o dia do começo, e se inclui a data de vencimento, sendo, destarte, a presente peça tempestiva.

**II – DOS FUNDAMENTOS**

A Lei nº 14.133/21 prevê em seu art. 5º a necessidade de observância aos princípios da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros.

O Termo de Referência (Anexo I), em seu item 11.5.2, alínea "b", estabelece como requisito de habilitação técnica a apresentação de:

"b) Licenciamento ambiental do veículo de transporte junto à SEMA."

## JL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA

Ocorre que, para o objeto licitado (transporte de materiais como solo e brita), a legislação ambiental regente (Estadual e Federal) não prevê a figura do "licenciamento do veículo", mas sim o licenciamento da atividade econômica de transporte de resíduos ou minérios, quando aplicável.

A Resolução CONAMA nº 237/1997, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, define em seu Art. 1º, inciso I, que o licenciamento é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais.

Neste sentido, a norma federal é taxativa ao prever que o objeto da licença é a unidade operacional ou a atividade econômica, e não os bens móveis (veículos) isoladamente considerados. A exigência de "licenciamento de veículo" cria uma modalidade de licença inexistente no ordenamento jurídico pátrio, ferindo o princípio da legalidade estrita.

No âmbito do Estado de Mato Grosso, o Decreto nº 697/2020 estabelece o Regulamento do Licenciamento Ambiental. Ao analisar o rol de atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento junto à SEMA/MT, observa-se que o licenciamento ambiental estadual é dividido estritamente em Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Todas estas se referem a fases de um projeto ou atividade empresarial.

Ainda, não há, no sistema da SEMA/MT ou na legislação estadual, previsão para a emissão de licença ambiental individualizada para caminhões ou veículos de transporte de agregados (brita, solo, cascalho).

Outrossim, o que o órgão ambiental licencia é a atividade de transporte (quando classificada como potencialmente poluidora), que resulta em uma Licença de Operação (LO) para a empresa (CNPJ), abrangendo sua capacidade logística. Exigir o licenciamento do "veículo" é um equívoco técnico-jurídico, pois o veículo é apenas um instrumento de execução da atividade já licenciada.

O controle ambiental de veículos automotores, conforme as diretrizes do IBAMA e do PROCONVE, foca na homologação de modelos e controle de emissões pelos fabricantes. A verificação da regularidade de um veículo específico para circular e transportar carga é competência dos órgãos de trânsito e agências reguladoras (como a ANTT), e não da SEMA/MT através de licenciamento ambiental.

Portanto, ao exigir "Licenciamento ambiental do veículo", o Edital nº 019/2026 impõe uma condição impossível de ser cumprida, pois a SEMA/MT não possui competência legal nem previsão normativa para emitir tal documento.

Ao inserir uma exigência sem respaldo na legislação ambiental vigente, a Administração Municipal de Várzea Grande afasta-se do dever de legalidade e proporcionalidade.

Exigir um documento que não existe no mundo jurídico ambiental impede a participação de empresas que, embora plenamente regulares (possuidoras de LO da atividade), não podem apresentar um documento que o Estado não emite. Ainda, abre margem para interpretações subjetivas e diligências desnecessárias durante a fase de habilitação.

**Destaca-se que os atos administrativos que limitem ou afetem direitos ou interesses devem ser devidamente motivados com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que o justificaram, nos termos do art. 50, inciso I, da Lei nº 9.784/1999:**

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

Com efeito, os atos administrativos consistem nos meios pelos quais a Administração realiza sua função executiva, sendo decorrentes da função administrativa de promover a satisfação de interesses essenciais.

Consoante o entendimento de Carvalho Filho<sup>1</sup>, a Administração Pública trata-se “da própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado”. As atividades praticadas pela Administração devem ter por escopo o interesse público, tendo por base os Princípios Constitucionais, e o amparo da devida motivação. A motivação se trata da justificativa da existência do fato ensejador do ato e das razões de decidir.

Nesse contexto, a atuação discricionária confere ao agente a legitimidade para valorar os fatores que constituem o motivo e objeto, levando em consideração, para tanto, a conveniência e a oportunidade.

Por sua vez, o exercício da conveniência e da oportunidade implica na necessidade da análise fática e jurídica, devendo a Administração externalizar de modo claro e objetivo os interesses que pretende alcançar com o ato, os meios empregados para tanto, as causas de sua produção e o nexo causal existente na relação desses fatores para a legitimação do ato.

---

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. Edição, São Paulo, editora Atlas, 2020, p. 69.

Segundo a Teoria dos Motivos Determinantes, a validade do ato administrativo está vinculada a existência e a veracidade dos motivos por ela apresentados como fundamentação.

Nesse sentido, acerca da motivação do ato administrativo, o art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/1999 dispõe:

§ 1º **A motivação deve ser explícita, clara e congruente**, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Dessa forma, a manutenção do item 11.5.2 - alínea "b" do Termo de Referência é ilegal. Não existe "licença ambiental de caminhão" para transporte de agregados na SEMA/MT.

Requer-se, portanto, a exclusão de tal exigência ou sua retificação para que se exija apenas a Licença de Operação (LO) da empresa para a atividade de transporte (conforme já previsto no item 11.5.1), de modo a harmonizar o edital com a Resolução CONAMA 237/97 e com os Decretos Estaduais 697/2020 e 1.299/2022.

### **III - DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, restando cabalmente demonstrada a ilegalidade da exigência contida no item 11.5.2, alínea "b" do Termo de Referência, por absoluta ausência de previsão na legislação ambiental estadual (Decretos 697/20 e 1.299/22) e federal (Resolução CONAMA 237/97), a Impugnante REQUER:

- a)** O RECEBIMENTO da presente impugnação, eis que tempestiva e amparada pelo Art. 164 da Lei nº 14.133/2021;
- b)** O ACOLHIMENTO INTEGRAL das razões ora expostas, para o fim de retirar a exigência de "licenciamento ambiental do veículo de transporte junto à SEMA", uma vez que tal documento é juridicamente inexistente para a tipicidade do objeto licitado;
- c)** A EXCLUSÃO da referida alínea "b" do item 11.5.2 do Termo de Referência, ou, subsidiariamente, sua RETIFICAÇÃO para que a comprovação ambiental limite-se à Licença de Operação (LO) da atividade econômica da licitante (CNPJ), já prevista no item 11.5.1;
- d)** A REPUBLICAÇÃO DO EDITAL com as correções devidas, procedendo-se à devolução do prazo para a abertura da sessão pública, em estrita observância ao Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, visto que a alteração afeta diretamente a elaboração das propostas e o universo de competidores.

**JL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA**

Termos em que, sob a égide da legalidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 14 de abril de 2026.

JOAO VITOR DA SILVA  
RODRIGUES:05553068  
100

Assinado de forma digital  
por JOAO VITOR DA SILVA  
RODRIGUES:05553068100  
Dados: 2026.04.10 17:29:18  
-03'00'

**JL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**

Representante Legal

32.139.770/0001-06

**JL SERVIÇOS E  
COMERCIO LTDA**

A ESPECIAL SETOR C NORTE - Nº 1/12 -  
BLOCO B - SALA 410 - EDIF PRIME  
EXCELENCIA MEDICA - TAGUATINGA NORTE  
BRASÍLIA - DF - CEP 72.115-700

A ESPECIAL SETOR C NORTE 1/12 BLOCO B SALA 410 EDIF PRIME EXCELENCIA MEDICA  
/TAGUATINGA NORTE| Brasília – DF | CEP: 72.115-700 CNPJ: 32.139.770/0001-06  
Tel.: (61) 98287-9595 (61) 9 8553-2130  
E-mail: jlsevicecomercioltda@gmail.com